



OS IMPASSES E AS POTENCIALIDADES DAS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

The Impasses and Potentialities of the
Self-Management Practices of Labor
Cooperatives in Solidarity Economy

Los Impases y las Potencialidades de las Prácticas
Autogestionarias de las Cooperativas de
Trabajo de la Economía Solidaria

Eliene Gomes dos Anjos (UFRB) *

* Doutora em Ciências Sociais (2012) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com Programa Sanduíche na Universidade de Valência, na Espanha. Mestrado (2005) e Graduação (1998) em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Participa da INCUBA e do Grupo Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia (DAFAG). Desenvolve pesquisas sobre o Cooperativismo, Economia Solidária, Trabalho Associado, Gênero e Etnia.

e.mail: elieneanjos7@gmail.com; elieneanjos@ufrb.edu.br

RESUMO

Esta investigação analisa as formas de gestão das cooperativas de trabalho do campo da economia solidária. Busca-se compreender a diversidade dessas práticas, seus sentidos e dilemas enfrentados pelos(as) trabalhadores(as) para garantirem uma gestão participativa que permitiria uma experiência democrática na tomada de decisão dos rumos do trabalho associado. Para tanto, manuseia-se dados quantitativos oriundos do Primeiro Mapeamento da Senaes e uma

observação sistemática do cotidiano de quatro cooperativas, em Salvador/Bahia. A pesquisa demonstrou que a vivência autogestionária é caracterizada pela heterogeneidade de situações e processos, não estando restrita a modelos preconcebidos. Além disso, verificou-se que há um protagonismo crescente de diversos atores externos ao quadro de associados(as) na gestão de tais empreendimentos.

Palavras-chave: Autogestão. Cooperativas de Trabalho. Economia Solidária.

ABSTRACT

The aim of the present study was to analyze the management practices of solidarity economy labor cooperatives in order to understand the diversity and significance of such practices, as well as the dilemmas faced by workers in their efforts to ensure participatory management and thus enable democratic decision-making regarding the directions of cooperative labor. This investigation relied on quantitative data from the First SENAES [National Secretariat for Solidarity Economy] Survey and the systematic observation of the daily realities of four cooperatives in Salvador, Bahia state, Brazil. The present study demonstrated that the experience of self-management is marked by a diversity of situations and processes, which are not restricted to preset models. In addition, increasing protagonism of several external actors was noted in the management of such enterprises.

Keywords: Self-management. Labor cooperatives. Solidarity Economy.

RESUMEN

Esta investigación analiza las formas de gestión de las cooperativas de trabajo del campo de la economía solidaria. Se objetiva comprender la diversidad de esas prácticas, sus sentidos y dilemas enfrentados por los(las) trabajadores(as) para garantizar una gestión participativa que permitiría una experiencia democrática en la toma de decisión de los rumbos del trabajo asociado. Para esto, se analizan los datos cuantitativos oriundos del Primer Mapeo de la Senaes y una observación sistemática del cotidiano de cuatro cooperativas, en Salvador/Bahia. La investigación demostró que la vivencia autogestionaria es caracterizada por situaciones y procesos heterogéneos, no estando restringida a modelos preconcebidos. Además, se verificó que existe un protagonismo creciente de diversos actores externos al

cuadro de asociados(as) en la gestión de tales emprendimientos.

Palabras-clave: Autogestión. Cooperativas de Trabajo. Economía Solidaria.

INTRODUÇÃO

A autogestão é um modelo democrático e coletivo de gestão, embasado historicamente no ideário socialista, no qual a propriedade, as decisões e o controle do empreendimento são exercidos pelos(as) trabalhadores(as) (NAHAS, 2006). O movimento cooperativista de Robert Owen, os falanstérios de Charles Fourier, a democracia industrial defendida por Proudhon e as Comunas de Paris são exemplos teóricos e práticos de experiências emancipatórias via práticas autogestionárias.

Analisando a autogestão como uma categoria política, Nahas observa que

[...] a autogestão em seu sentido pleno ou macrossocial, representa uma ruptura e uma revolução paradigmática, pois trata de um sistema de organização de toda a sociedade, incluindo as instituições políticas, sociais, econômicas e produtivas nas quais inexistem a divisão social do trabalho e a separação entre economia e política, o Estado, o mercado e as classes sociais. De acordo com essa proposta revolucionária, a autogestão não se resume aos limites das empresas, mas é um projeto global de sociedade. (2006, p. 37).

Se a emancipação não foi conquistada com os movimentos cooperativistas, essas práticas não perderam o germe desse processo. Isso tanto é verdade que a autogestão, em seus diversos estágios, revigora as experiências solidárias que lutam pela oportunidade de uma

inserção econômica na qual a produção social não seja expropriada dos(as) que a produzem. A autogestão não é uma ideia nova, ela está presente em temporalidades históricas múltiplas, como será demonstrado no decorrer do artigo.

A expansão de arranjos econômicos no contexto de crise de hegemonia do capitalismo, em meados da década de 1980 e começo dos anos de 1990, deram origem a diversos estudos sobre a gênese, os sentidos, os significados e as possibilidades dessas organizações de tipo associativo. Resultantes, em sua maioria, das transformações ocorridas nas duas últimas décadas do século XX, tanto na economia quanto na sociedade. Essas iniciativas foram majoritariamente denominadas de economia solidária no Brasil. Uma expressão conceitual que nomeia uma heterogeneidade de experiências econômicas que possuem traços comuns, que por sua vez as distinguem das iniciativas econômicas do tipo capitalista pela gestão coletiva dos empreendimentos, dentre outras características.

Neste contexto, este artigo analisa as formas de gestão das cooperativas de trabalho do campo da economia solidária. Buscamos compreender a diversidade dessas práticas, seus sentidos e dilemas enfrentados pelos(as) trabalhadores(as) para garantirem uma gestão participativa que permitiria uma experiência democrática na tomada de decisão dos rumos do trabalho associado.

Para tanto, utiliza-se da pesquisa quantitativa, com dados do Primeiro Mapeamento Nacional dos Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado entre 2005 e 2007; e da pesquisa qualitativa, com a observação direta nos circuitos da economia solidária e quatro estudos de caso, em Salvador/Bahia. A pesquisa demonstrou que a vivência autogestionária é caracterizada pela heterogeneidade de situações e processos, não estando restrita a modelos preconcebidos. Além disso, verificou-se que há um protagonismo crescente de diversos atores externos ao quadro de associados(as) na gestão de tais empreendimentos.

DIVERSAS ACEPÇÕES SOBRE A AUTOGESTÃO

O projeto da sociedade autogestionária perpassa vários períodos históricos, expressando em determinados momentos a proposta do socialismo e, em outros, a busca da democracia política e econômica. No entanto, o termo autogestão tornou-se amplamente difundido com a experiência de gestão da empresa do sistema iugoslavo, constituindo-se na realidade como uma prática social e política contra a social democracia e o socialismo burocrático de Estado (ROSANVALLON, 1979).

Em razão de contextos históricos peculiares, a autogestão assume conteúdos específicos de acordo com o projeto político e as práticas que lhe dão sustentação. Rosanvallon (1979) compreende que há pelos menos seis linguagens (teores) sobre a autogestão, a despeito de não serem tipos puros, pois normalmente se misturam, se mesclam, formando múltiplas combinações.

A primeira é a linguagem tecnocrática. A autogestão se define como um modelo de gestão descentralizada das empresas que rompem com os esquemas de organização centralizados e hierarquizados. É um contrapeso à racionalidade tecnocrática dos grandes sistemas de direção participativa por objetivos. Nesta, a planificação democrática é reduzida ao emprego de técnicas eficazes de estudos de mercado e de racionalização de orçamento.

A segunda é a linguagem libertária. A autogestão expressa aqui a rejeição ao Estado, assimilado à opressão e à supressão de toda a autoridade. É a afirmação da democracia direta contra todas as formas de representação e de delegação, a exaltação dos direitos de base contra qualquer forma de poder centralizado. Nessa linguagem, o objeto da autogestão é mais o indivíduo e o grupo do que a sociedade em seu conjunto.

A terceira é a linguagem comunista. A autogestão designa, antes que nada, uma finalidade, é a forma acabada do socialismo. Ela é o advento de relações sociais harmônicas

e igualitárias em uma sociedade de abundância na qual foram abolidos todos os conflitos, todas as divisões de classes e todas as formas de exploração, alienação e dominação.

A quarta é a linguagem conselheira. O poder exercido pelos conselhos operários define a sociedade autogestora. É a organização da sociedade concebida como uma pirâmide de conselhos que expressa o poder dos(as) produtores(as) na sociedade, em oposição à burocracia de Estado como forma de poder proletário degenerado. A autogestão é o meio de unificar os/as trabalhadores(as) nos locais de produção, é o poder social dos(as) produtores(as) associados(as).

A quinta linguagem é a humanista. A autogestão é uma maneira de ser, refere-se, muito mais às mentalidades e comportamentos do que a uma forma de poder. É a volta à pessoa, a prioridade são as relações sociais mais abertas e fraternas. É a valorização de um espírito “autogestor” baseado no altruísmo e de entrega ao grupo social. É a insistência da transformação da vida cotidiana.

E, por fim, a sexta linguagem é a científica. A autogestão é a aspiração a uma sociedade na qual a funcionalidade das relações sociais esteja acima de todas as formas de dominação e de hierarquia.

Essas diversas formas de falar da autogestão demonstram o quanto polissêmico é o termo; entretanto, não expressam novas teorias na busca da emancipação social, mas mesclam-se para atribuir sentido às inúmeras práticas autogestionárias que estão sendo desenvolvidas na contemporaneidade. Para Singer (2002a), os/as trabalhadores(as) associados(as) dos(as) empreendimentos da economia solidária são autogestionários(as) porque dirigem suas atividades laborais e o resultado delas, além disso, lutam para democratizar outros espaços de sociabilidade, visando a uma sociedade em que todas as decisões sejam tomadas pela coletividade. É nessa perspectiva que a autogestão torna-se o elemento singular desses empreendimentos.

A autogestão numa empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo lugar porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer. (SINGER; SOUZA, 2003, p. 20).

A autogestão proposta pela economia solidária não se limita à gestão coletiva do empreendimento, ela visa à democratização das tarefas, dirimindo a divisão entre trabalho manual e intelectual, motivação dos(as) trabalhadores(as) para participarem das instâncias coletivas de decisão, parceria com outros empreendimentos, eficiência e sustentabilidade do projeto. Por isso, Singer alerta:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. (2002a, p. 21).

A questão é que os/as trabalhadores(as) não têm vivência autogestionária e tampouco compreendem a proposta política da sociedade autogestora. O que a realidade vem demonstrando é que no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários (EES), dentre eles as cooperativas de trabalho, os/as trabalhadores(as) associados(as) utilizam-se de princípios autogestionários. A gestão é realizada pelos grupos de direção ou conselhos de administração e há mais espaços de participação nos processos decisórios. Essa prática de autogestão assemelha-se à quarta linguagem descrita por Rosanvallón (1979), pois unifica os/as trabalhadores(as) nos locais de produção, possibilitando um empoderamento por partes destes(as) ao definir as formas de organização do trabalho.

Tauile (2009), ao analisar as empresas autogestionárias, constata as dificuldades enfrentadas por essas experiências, mas, também, suas potencialidades. Ele afirma que essas empresas têm sido formadas por pessoas que não possuem patrimônio pessoal, têm um reduzido grau de instrução, equipamentos obsoletos para trabalhar e a necessidade de capital de giro é superior à capacidade de financiá-lo. Por outro lado, a transparência na gestão reduz as possibilidades de fraudes contra a empresa e de negligência pelos(as) administradores(as). Conforme o autor:

Não obstante o conhecimento prático e tácito que esses trabalhadores tenham do processo produtivo em si, a sua carência de conhecimentos técnicos e de experiência em questões mercadológicas, bem como macroinstitucionais, agrava as dificuldades naturais para se construir um quadro de administradores com competência adequada às novas (e inovadoras) situações. [...] Pelo lado positivo, a autogestão traz uma série de vantagens e protege o negócio de altos riscos que as

empresas convencionais correm. Estar trabalhando num negócio que é seu e do qual o trabalhador participa nas decisões permite uma motivação maior, apesar das adversidades. Por serem proprietários, mas somente quando começam a se sentir como tal (o que não é trivial), os trabalhadores buscam conhecer melhor o negócio, com reflexos positivos sobre suas atividades. (TAUILE, 2009, p. 315).

Por outro lado, sabemos que os agentes mediadores dos empreendimentos solidários, como as Incubadoras Universitárias, as Organizações não Governamentais e as igrejas, têm um papel decisivo nos rumos dos empreendimentos. Nesse sentido, seria precipitado afirmar que há um controle do processo de trabalho e do produto do trabalho pelos(as) seus/suas produtores(as). Contudo, sem dúvida, há uma experiência baseada na democracia direta, na qual todos(as) têm o direito de expressar suas ideias e participar por meio das assembleias da gestão coletiva.

Gramsci defendeu a democracia operária direta por meios dos conselhos operários. Acreditava que as comissões internas de fábrica, constituídas na Itália desde 1906, impulsionariam uma organização operária para a qual servissem de base para a criação de um Estado socialista. Essas comissões seriam a representação democrática de todos(as) os trabalhadores(as) de uma fábrica. Assim, seria possível que o trabalho coletivo tivesse condições de controlar e dirigir todo o processo de produção e promover a emergência dos conselhos de fábrica, semente de uma nova organização da sociedade, a autogestão. Os conselhos possibilitariam o aparecimento de uma efetiva democracia operária que se oporia ao Estado burguês, pois neles o sentimento de afeto e solidariedade se desenvolveria e manifestaria de forma mais intensa a verdadeira solidariedade operária, podendo, com efeito, exercer sua soberania e poder (NAHAS, 2006).

Ainda que houvesse relevância política dos conselhos de fábrica para retomar o controle total do processo de trabalho pelos(as) trabalhadores(as), o sistema de gestão da Iugoslávia demonstrou os impasses dessa forma de organização. As empresas administradas pelos(as) operários(as) por meio de conselhos suprimiram a figura do empresário, ficando a cargo dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) determinarem a direção de cada empresa. Essa experiência demonstrou o declínio da solidariedade operária com a sociedade, porque os/as trabalhadores(as) estavam preocupados(as) com suas próprias empresas, imperando o interesse pessoal em detrimento do bem comum.

O exemplo iugoslavo evidencia que as práticas autogestionárias também podem resultar em desigualdades e novas formas de subordinação. Nesse sentido, não basta o controle da produção na fábrica, ou, na nossa realidade, em empreendimentos da economia solidária, mas também uma transformação das organizações sociais e da vida, permitindo aos trabalhadores(as) adquirirem as capacidades criativas para a organização da sociedade de uma maneira livre. Partindo dessa perspectiva, Novaes pondera:

Se os trabalhadores administrarem as fábricas através de decisão democrática, tal como enfatiza a Economia Solidária, apesar de haver a possibilidade de autoadministração dos assuntos cotidianos, o Estado, ou algum órgão estranho aos trabalhadores, ainda continuará estipulando as condições das fábricas: o que será produzido, com quais materiais, de qual fonte etc. Em resumo, os trabalhadores não continuam decidindo o que produzir, para quê produzir e para quem produzir. No entanto, se os órgãos de mediação estiverem sujeitos à influência de

‘baixo’, por meio dos mecanismos de participação dos conselhos fabris e de coordenação global da produção, os trabalhadores conseguirão atingir graus crescentes de controle social sobre suas próprias vidas. (2011, p. 88).

O fato é que as práticas autogestionárias desencadeadas nos empreendimentos da economia solidária como respostas às diversas formas de exclusão vivenciadas por segmentos da classe trabalhadora não podem ser analisadas num marco teórico de transformação do sistema capitalista para outro modo de produção. Essas experiências, em sua maioria, têm germes da utopia emancipatória que norteou as lutas da classe trabalhadora, como a superação da relação salarial e a posse dos meios de produção. Todavia, são experiências ainda embrionárias, voltadas primeiramente para garantir a sobrevivência daqueles(as) que não foram incluídos(as) na sociedade salarial, a despeito de não se limitarem a este objetivo. Os empreendimentos que apresentam algum grau de eficiência não se limitam a gerar qualquer tipo de trabalho, mas um trabalho dotado de sentido, não mais submetido à relação patronal, na qual os/as trabalhadores(as) se desafiam a superar a falta de conhecimento técnico para gestarem coletivamente seu labor (TAUJLE, 2009; ANJOS, 2011).

Nesse contexto, verificamos que a experiência autogestionária da economia solidária é caracterizada pela diversidade de situações e processos. Seguindo essa perspectiva analítica, concordamos com Rosanvallon (1979) ao defender que a autogestão não é prisioneira de um modelo definido, baseado em receitas preconcebidas. Ao invés disso, uma sociedade autogestionada é uma sociedade que se institui e constrói a si mesma. Nas palavras desse autor,

Si la autogestión es un proyecto de sociedad, no es un modelo de sociedad que haya que llevar a la

práctica. La autogestión es a la vez un método y una perspectiva de cambio social. [...] La autogestión es un movimiento [...] lúcidamente elegido, cuya realización no está prometida en ninguna teoría. (ROSANVALLON, 1979, p. 84).

Conceber a autogestão como um movimento é indicar que esta é produto das experiências, de sucessos e fracassos. Para Rosanvallon, a sociedade autogestionada só poderia ser construída com base em um vasto processo de experimentações em todos os aspectos da vida econômica e social. Dessa maneira, reivindicou o direito à experimentação coletiva de novas formas de trabalho e de vida, inferindo que esse direito baseia-se na liberdade como possibilidade de criar e inovar. Liberdade essa que foi confiscada e monopolizada pela sociedade burguesa, que a converteu em um direito à exploração dos trabalhadores, cuja liberdade ficou restrita à venda da sua força de trabalho para garantir a sua reprodução. Por isso defendeu que “El derecho a la experimentación es el fundamento necesario de la sociedad de autogestión” (ROSANVALLON, 1979, p. 85).

Nesse sentido, Rosanvallon defende que a autogestão deve partir da iniciativa da sociedade civil e não do Estado. A função principal do Estado na sociedade de autogestão deverá ser a garantia do direito à experimentação social, e não fixar esquemas que deverão ser aplicados. Sendo assim, autogestão se construirá primeiramente nas empresas, nos bairros e nos municípios; dito de outro modo, nos espaços daqueles(as) que desejam vivenciar sociabilidades distintas das impostas pelo sistema do capital.

Em relação à atuação do Estado diante dessas experiências, Tauile (2009) enfatiza a necessidade das políticas públicas para concretizar essas vantagens em potencial. Ainda que os diversos empreendimentos solidários indiquem possibilidades viáveis de difusão mais significativa de formas novas e alternativas de organização

social da produção, tais alternativas se inserem no mercado em desvantagem se comparadas às empresa mercantis. Então, na análise desse autor, faz-se necessária a intervenção do Estado para arcar explicitamente com o ônus de determinados custos sociais.

A proposta analítica da autogestão como um movimento em uma sociedade que se constrói livremente não está isenta de contradições. Por isso, Rosanvallon alerta para o perigo de militantes e agentes mediadores se converterem nos principais dirigentes efetivos dessa experiência. A fim de evitar esse problema, e o direito à experimentação transformar-se em um direito formal, diz que é necessário, de um lado, que o direito à experimentação venha acompanhado de um apoio material e administrativo, e de outro, a regulamentação de meios de discussão e aprovação coletivos.

Sendo assim, o direito à experimentação coletiva deve obedecer três princípios essenciais: a) a experimentação de uma coletividade não deve prejudicar a outra; b) a experimentação só poderá ser fruto de uma decisão do coletivo interessado; c) a experimentação não pode ter como consequência uma forma de apropriação privada e individual. Esses princípios podem ser encontrados, ainda que em alguns casos de forma parcial, nas experiências de geração de trabalho e renda da economia solidária (ANJOS, 2009).

Ao nos debruçarmos nas práticas autogestionárias das cooperativas de trabalho investigadas, percebemos obstáculos à gestão coletiva e à participação efetiva dos(as) sócios(as). A prática democrática exige uma participação na qual os/as trabalhadores(as) associados(as) nem sempre tinham vivência. A falta dessa cultura, ou seja, o interesse em participar das assembleias e reuniões frequentes para se empoderar dos processos decisórios exige uma convicção que não nasce repentinamente. Esse processo é contínuo e a possibilidade de converter-se em iniciativas emancipatórias, como é apregoado por Singer (2002a), depende do poder adquirido pelos(as) trabalhadores(as) associados(as) e seus

agentes mediadores, para assim conseguirem, numa sociedade movida pela lógica do capital, mobilizar recursos (econômicos, sociais e culturais) para garantir o direito à experimentação autogestionária da forma que aqui foi exposta.

A autogestão da economia solidária remete, inicialmente, ao fato dos empreendimentos que compõem esse campo terem sido criados pelas organizações representativas dos(as) próprios(as) trabalhadores(as) ou pelas suas próprias iniciativas. A descrição dessas experiências inúmeras vezes acontece no campo teórico, em que a autogestão é entendida como proposta de gestão do empreendimento, apresentando vantagens em relação à heterogestão das empresas de capital e, o mais relevante, a possibilidade do exercício do trabalho de forma não alienada. Para Singer (2002a), a maioria das empresas do campo da economia solidária apresenta graus variados de autogestão, sendo a característica primordial para caracterizá-la a ausência do assalariamento como relação dominante. Só acontece a autogestão entre aqueles(as) que estabelecem uma relação de igualdade, em que o trabalho e o capital se fundem e todos(as) têm o mesmo poder de decisão. Cabe-nos, agora, identificar as práticas autogestionárias de um segmento dos empreendimentos econômicos solidários, as cooperativas de trabalho, a partir dos dados manuseados do Primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária e de quatro estudos de caso realizados em Salvador.

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE TRABALHO MAPEADAS

O Primeiro Mapeamento, realizado pela Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), mapeou uma parcela das pequenas e médias cooperativas, identificadas com os EES. Nesse Mapeamento, realizado em todas as regiões do Brasil entre 2005 e 2007, estão cadastrados 21.855 empreendimentos, cuja peculiaridade principal é realizarem atividades econômicas com base na gestão coletiva do trabalho e na divisão

equitativa dos resultados. Desse universo, 2.111 são cooperativas, equivalendo a 10%, dos EES. Além delas, temos 52% de associações, e 37% de grupos informais.

O banco disponível para análise continha 2.111 cooperativas. Como buscamos analisar as cooperativas que têm como finalidade o trabalho, levantamos critérios para dispor de um banco no qual pudéssemos analisar a configuração do trabalho associado. Logo, recortamos o banco considerando aquelas que têm sócios(as) trabalhando e que, no mínimo, realizam no coletivo a produção ou a prestação de serviços.

Dessa forma, dispusemos de um banco com 1.257 cooperativas para análise, ou seja, 59,5% do total das cooperativas mapeadas. Desse universo pesquisado, 93,4% estavam em funcionamento entre 2005 e 2007. Dessas, 9,6% iniciaram suas atividades até 1989, 41,5% foram criadas na década de 1990 e 48,9% na década seguinte. Mesmo admitindo que cooperativas mais antigas possam ter fechado as portas antes do Mapeamento, entendemos que os dados expressam um crescimento no número de cooperativas nas duas últimas décadas, explicável, em nosso modo de ver, por quatro fatores: a) o fortalecimento dos empreendimentos associativos no meio popular como alternativa para trabalhadores(as) na informalidade ou parcialmente incluídos no assalariamento; b) os índices de desemprego; c) o cenário político-ideológico após a queda do muro de Berlim, que impulsionou novas formas de resistência; d) a atuação das entidades de assessoria e fomento na geração de trabalho e renda.

Nesse contexto, as cooperativas focalizadas por nossa análise estão presentes em todas as regiões do país, inclusive naquelas que até então não tinham tradição conhecida na prática cooperativa. O Sul tem uma tradição histórica com a cultura cooperativista e continua liderando com o maior percentual (28%). O Nordeste, com 27%, surpreende se considerarmos que o cooperativismo nesta região estava relacionado às práticas de dominação até pelos menos

a década de 1970. Essa expansão pode ser explicada pela presença majoritária das entidades de assessoria e fomento à economia solidária na região, pela exclusão significativa de segmentos da classe trabalhadora do assalariamento e pelo desemprego (GAIGER, 2004; DRUCK; FRANCO, 2007). Destacamos ainda que os três maiores estados nordestinos, Bahia, Pernambuco e Ceará, possuíam 44% das 339 cooperativas mapeadas da região. As demais regiões, Sudeste, Norte e Centro Oeste, respondiam por 24%, 12% e 9%, respectivamente, da totalidade das cooperativas.

Quanto às áreas de atuação, há uma concentração das cooperativas na zona urbana, 49,7%, destoando das demais modalidades dos empreendimentos solidários, que se concentram, em sua maioria, na área rural. Já 21,4% delas são exclusivamente rurais e 28,8% ficam entre ambos. Mesmo o Nordeste, que tem 62,8% dos EES na zona rural e somente 22,9% na urbana, quando nos voltamos para esse subconjunto de cooperativas há uma predominância das urbanas com 45,3%, e 30,2% entre ambas as áreas. Essas estatísticas vão de encontro ao banco de dados da OCB que, com base no anuário de 2007, infere que o retrato do cooperativismo brasileiro ainda é rural. Tal singularidade da vertente solidária evidencia que o surgimento dessas cooperativas no meio urbano reflete o acirramento dos processos de exclusão e desemprego vivenciados pela população urbana e a vitalidade das camadas populares na busca de alternativas a esses processos.

Em relação aos motivos para a criação das cooperativas faremos uma ponderação. As respostas à questão que tratou dos motivos de criação dos empreendimentos foram baseadas na opinião de quem respondeu ao questionário. Isso significa que os motivos elencados são uma representação mental dos entrevistados. Não obstante, os motivos citados servem para dimensionarmos o papel que essas cooperativas cumpriam em seus primórdios, na perspectiva dos(as) informantes. Assim, os motivos mais citados foram: a) Uma alternativa ao desemprego (39,4%); b) Obter maiores ganhos

em um empreendimento associativo (16,4%); c) Desenvolver uma atividade na qual todos(as) são donos(as) (13,1%); d) Uma fonte complementar de renda para os/as associados(as) (9,7%); e) Condição exigida para ter acesso a financiamentos e a outros apoios (5,3%); f) Alternativa organizativa e de qualificação (4,5%); g) Recuperação por trabalhadores(as) de empresa privada que faliu ou em processo falimentar (3,5%).

Ratificar ou contestar a tese que apresenta as cooperativas como resposta à redução dos postos de trabalho em razão do desemprego estrutural não é o objetivo desta investigação. Por outro lado, sabemos que um dos diversos fatores que impulsionaram essa modalidade de organização produtiva foi a seletividade do mercado de trabalho ao manter crescentes contingentes da classe trabalhadora na informalidade e a redução das formas convencionais de sobrevivência (CACCIAMALI, 2000; GAIGER, 2004).

Quanto aos locais em que as cooperativas desenvolvem suas atividades, 34,3% são cedidos ou emprestados, 30,8% são alugados e 29,5% são próprios. Os equipamentos utilizados são próprios para 80,4% delas. Esses dados demonstram que mais de 1/3 das cooperativas enfrenta limites financeiros inclusive para custear o local em que funcionam. Contudo, nos últimos 12 meses que antecederam o Mapeamento, 37,8% das cooperativas aumentaram o número de sócios(as), 20,3% diminuíram e 41,7% permaneceram com a mesma quantidade. Esse quadro demonstra a resistência dos/as sócios(as) para seguir enfrentando as fragilidades dos empreendimentos e, ainda assim, tornando-os atrativos para adesão de novos componentes.

No cômputo geral, há 296.421 sócios(as), sendo 208.927 (70%) homens e 87.424 (30%) mulheres. Em relação ao tamanho das cooperativas, 8,4% delas têm entre 6 e 15 membros, 35,2% têm entre 16 e 35 membros, 25,1% têm entre 36 e 65 membros e 13,2% têm entre 101 e 300 membros. O porte das cooperativas pode explicar o número tão superior de sócios homens. As cooperativas com o quadro

associativo entre 6 e 15 sócios(as) têm 18,9% de homens e 26,3% de mulheres. Já as maiores cooperativas, aquelas que têm sócios(as) acima de 5.000 membros, 0,6% têm sócios homens contra 0,1% de sócias mulheres,

Convém salientar, ainda, que 44,6% das cooperativas afirmaram que os resultados da atividade econômica no ano anterior permitiram o pagamento de todas as despesas e ainda obtiveram sobras. O excedente foi destinado: ao fundo de investimento (17,6%); ao fundo de reserva (20%); à distribuição entre os/as sócios(as) (20%); à integralização de capital (5,9%); e ao fundo de assistência técnica e educacional (5,4%). Já 33,9% das cooperativas saldaram suas despesas, mas não tiveram excedentes, e 15,7% não conseguiram custear suas despesas. Esses dados nos permitirão analisar a situação do trabalho associado, uma vez que o desempenho econômico positivo seria um dos fatores fundamentais para garantir direitos no trabalho associado.

A venda é o destino dos produtos e serviços para 80,4% das cooperativas. Ela é feita diretamente ao consumidor para 56,5% dos empreendimentos, e aos atacadistas para 28,5%. Os mercados nos quais os produtos e serviços são ofertados diferem quando os analisamos regionalmente. O mercado comunitário é o meio predominante para a comercialização na região Norte (47,7%), enquanto no Centro-Oeste (37,9%), no Nordeste (33,3%), no Sudeste (29,4%) e no Sul (25,1%) a sua participação é relativizada pela inserção no mercado municipal. Este último é o mais utilizado na região Sul (29,4%), seguido do Nordeste (29,3%), do Norte (27,3%), do Sudeste (26,6%) e do Centro-Oeste (24,2%).

Os altos percentuais do mercado comunitário podem ser explicados pelas relações das cooperativas com as comunidades em que estão inseridas e, em alguns casos, com o trabalho comunitário realizado pelas igrejas e suas entidades representativas, como as Cáritas. Por outro lado, a baixa inserção no mercado estadual, 12,7% no quadro nacional, demonstra

os limites estruturais das cooperativas para atingirem espaços externos ao seu entorno. Destacamos a presença no mercado nacional das regiões Centro-Oeste (13,7%), Sudeste (10,8%) e Sul (9,5%), sinalizando que as estratégias de integração comercial, como as redes e as cadeias produtivas, aos poucos estão possibilitando que os pequenos e médios empreendimentos tenham capacidade de enfrentar a concorrência mercantil.

Quanto aos locais de comercialização, 27,8% das cooperativas utilizam mais os espaços próprios, sendo o meio mais usado para vender seus produtos e serviços a entrega direta a clientes (39,3%). As feiras livres, espaços tradicionais de comercialização, somente se destacam nas regiões Norte (17,1%) e Centro-Oeste (10,5%). Ainda que a venda seja o modo de comercialização mais utilizado, detectamos que 61,6% das cooperativas enfrentam dificuldades nessa atividade. Os empecilhos mais relevantes estão descritos na Tabela 4.

As dificuldades enfrentadas relacionam-se com as estratégias adotadas para comercializar. Realizar vendas diretamente ao consumidor demanda estudos de viabilidade econômica para dimensionar a futura clientela. Além disso, supõe-se uma fidelidade do cliente, produtos com preços competitivos e regularidade no fornecimento. Essas ações são básicas para alcançar a sustentabilidade do empreendimento, porém 14% das cooperativas alegam insuficiência de clientes; a concorrência mercantil é um problema para 8,6%; e 7,3% não têm registro para a comercialização. Não obstante, a dificuldade com maior percentual, falta de capital de giro para vendas a prazo (19,9%), introduz outro dilema enfrentado pelas cooperativas: o financiamento.

Das 1.257 cooperativas analisadas, 60,5% iniciaram suas atividades com recursos dos próprios(as) sócios(as). Somente 250 (19,9%) declararam ter tido acesso ao financiamento nos últimos 12 meses em relação ao período de realização do Mapeamento. daquelas que obtiveram crédito no período citado, os valores variaram de R\$ 100,00 a R\$ 50.000,00 (56,7%)

e foram destinados ao custeio ou capital de giro (24,3%), ao investimento (45%) ou a ambos (30,7%). Os maiores credores são bancos públicos (25,9%) e as cooperativas de crédito (9,5%). Quanto à situação do pagamento do crédito, 52,4% o garantem no prazo; 29,2% estavam no período de carência; 10,7% já o haviam finalizado; e 4,7% estavam com atrasos.

A grande maioria das cooperativas que tiveram acesso ao crédito não deram prejuízo aos seus credores. Ainda assim, o acesso ao financiamento é restrito. Do universo estudado, 74,6% declararam a necessidade de tê-lo; dessas, 45,6% fariam investimentos e o utilizariam para custeio ou capital de giro. Todavia, 50,7% tiveram empecilhos para a obtenção do financiamento. Das dificuldades sentidas, as que mais se destacaram foram: a) falta de aval ou garantia (21,3%); b) taxas de juros elevadas ou incompatíveis com o empreendimento (20,2%); c) não possuem a documentação exigida pelo agente financeiro (16,2%); d) burocracia dos agentes financeiros (14,2%); e) falta de apoio para elaborar projetos (9,2%).

Diversos estudos apontam a importância das variadas formas de assessorias às iniciativas da economia solidária (SINGER; SOUZA 2003; GAIGER, 2004; SANTOS, 2002). Por isso, ao detectarmos que 72,7% tiveram algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação, isso não causou estranheza.

A assistência técnica (30,7%) e a qualificação profissional (26,8%) foram as modalidades de apoio que tiveram maior incursão nas cooperativas. A formação política, compreendida como a formação para a autogestão, para o cooperativismo e a economia solidária, aparece em terceiro lugar, com 22,7%. Esse tipo de assessoria destaca-se mais na região Nordeste (28,1%), seguido das regiões Sudeste e Sul, com 23,4% e 23%, respectivamente. Essas informações ratificam o papel desempenhado pelas entidades de fomento na proliferação das iniciativas da economia solidária.

As informações disponíveis não nos

permitem relacionar o tipo de assessoria fornecido com os agentes mediadores e de fomento. Somente é possível dimensionar as diversas entidades que, em alguma medida, prestaram apoio. Assim, destacam-se os órgãos governamentais (42,7%); as ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários (31%); Sebrae, SESCOOP etc. (30,6%); incubadoras universitárias (18,4%); movimento sindical (14,7%); e, por fim, as cooperativas de técnicos (6,1%).

A GESTÃO COLETIVA E A DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA NOS DADOS ESTATÍSTICOS

A gestão coletiva das iniciativas da economia solidária é um dos alicerces dos(as) trabalhadores(as) associados(as). A assembleia (87,1%), a diretoria ou conselho diretor (76,5%), o conselho administrativo (56,5%) e o conselho fiscal (77,8%) são utilizados como instâncias de direção e coordenação das cooperativas. Ainda que possamos relativizar esses dados com as análises qualitativas que, em diversos estudos de casos, apresentam os limites para a participação ativa dos(as) trabalhadores(as) na tomada de decisão, os números sustentam uma prática democrática no interior dessas organizações.

A participação dos cooperados nas decisões dá-se sob formas diversas: na eleição da diretoria (82,5%); no acesso à prestação de contas (78,4%); e no destino das sobras e fundos (71,8%). Essas ações são realizadas em assembleia geral ou reunião do coletivo dos(as) sócios(as). Além delas, destacam-se o acesso ao registro e informações do empreendimento (73,7%) e a participação dos sócios nas decisões cotidianas (60,2%).

O crescimento da economia solidária propiciou a inclusão das cooperativas em espaços que proporcionam uma atuação política que perpassa a reprodução econômica. Essa constatação está embasada nas variáveis que escrutinam o envolvimento das cooperativas

com uma agenda mais ampla de reivindicações. Assim, verificamos que 57,6% das cooperativas participam, em alguma medida, de redes ou fóruns de articulação. Esses espaços são constituídos por redes de produção ou comercialização (12,3%), complexos cooperativos (15,4%), federações de cooperativas (24,8) e fórum ou rede de economia solidária (32,3%). Ainda que possamos identificar em alguns desses espaços a primazia da dimensão econômica, não deixa de ser relevante a participação dessas cooperativas em espaços coletivos que demandam ação política. Essa inserção contribui para fortalecê-las, o que possibilitaria a superação progressiva das dificuldades enfrentadas.

A participação sociopolítica dos empreendimentos identificados com a economia solidária é objeto de estudo de várias pesquisas. França Filho e Laville (2004) e Gaiger (2000), ao analisarem as experiências solidárias, depreendem que a economia solidária constitui um campo político no qual se constroem alianças, consolidam-se valores e disputam-se recursos e parcelas de poder. Logo, concluem que as empresas econômicas solidárias não se restringem a responder pelas necessidades materiais de seus membros, mas articulam os aspectos sociais e políticos aos econômicos.

Quanto à relação com os movimentos sociais, constatamos que 50,7% das cooperativas participam destes. Os maiores percentuais de participação estão nas organizações que reivindicam demandas históricas, como o movimento de luta pela terra (18,7%), o sindicato rural e urbano (19,6%) e a participação comunitária (24,3%). Já as demandas relacionadas aos Novos Movimentos Sociais apresentam um cenário ambíguo. A participação em movimento ambientalista (15,4%) aproxima-se dos outros pleitos, mas, no movimento de igualdade racial (4,7%) e movimento de mulheres (3,3%) ela ainda não é tão expressiva.

Malgrado essa constatação, a participação das cooperativas em ações comunitárias (56,1%) permite inferir que há, em alguma medida, um

comprometimento dos(as) trabalhadores(as) associados(as) com a construção de uma sociedade na qual todos(as) tenham oportunidade de viver com dignidade. Assim, averiguamos que as cooperativas desenvolvem ações nas áreas da educação (29%); do trabalho (24,3%); do meio ambiente (23,5%); da promoção do consumo ético; e do comércio justo (25,8%).

As informações obtidas por meio de dados estatísticos revelam que essas cooperativas constituem-se em espaços democráticos de gestão do trabalho.

AS EXPERIÊNCIAS AUTOGESTIONÁRIAS DE QUATRO COOPERATIVAS NA TERRA DE “TODOS OS SANTOS”

Este subitem do artigo é o resultado do estudo qualitativo realizado em Salvador. As análises fundamentaram-se em informações adquiridas nos eventos e circuitos da economia solidária e em 12 entrevistas realizadas em quatro cooperativas de trabalho associado com os/as trabalhadores(as) associados(as). As cooperativas investigadas situam-se em áreas periféricas, caracterizadas pela precariedade dos serviços públicos, alto índice de violência e um grande estigma social. Elas atuam nos ramos típicos dos EES da cidade: reciclagem, alimentação, confecção e artesanato. Foram criadas entre 1999 e 2004, período caracterizado pelas elevadas taxas de desemprego e pelo aumento do contingente de ocupados(as) na informalidade (BORGES, 2007).

CONTEXTUALIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS

a) A cooperativa de reciclagem – criada em 1999 pela iniciativa de uma organização que desenvolve ações sobre a preservação do meio ambiente. Essa organização promoveu um curso de educação ambiental para formar agentes multiplicadores(as). Esses(as) agentes eram jovens em situação de vulnerabilidade social, moradores(as), na sua maioria, numa região de

maré e em seu entorno. Como o próprio local de residência desses(as) jovens já denunciava o descaso com o meio ambiente, com a formação do curso decidiram que iriam constituir um grupo produtivo que pudesse colocar em prática o que aprenderam.

Iniciaram recolhendo garrafas plásticas, denominadas pet, e, preocupados(as) com a quantidade de material reciclável recolhidos, decidiram aliar a preservação ambiental à geração de trabalho e renda. Os/as jovens oriundos(as) do curso de formação já tinham idade para se inserirem no mercado de trabalho, porém não encontravam postos no trabalho formal. Contando com a assessoria da ONG e o apoio das incubadoras universitárias, estenderam sua atuação para outros tipos de materiais, como papelão, plásticos, papéis etc. e começaram a produzir bijuterias com as garrafas pet. Inicialmente conseguiram financiamento, por meio de projetos, para alugar um galpão, porém, findo o período de apoio da agência financiadora, não conseguiram custear o aluguel da sede. Então, em 2004, ocuparam um galpão pertencente ao governo federal, no qual se encontram até o presente momento.

Essa cooperativa destinada a gerar trabalho para os/as jovens torna-se referência na cidade e amplia seu quadro de associados(as), admitindo adultos(as). Hoje, a cooperativa tem 24 membros, 13 mulheres e 11 homens, mas a rotatividade é muito grande. Ainda assim, ela é bastante demandada porque se constitui numa estratégia de sobrevivência para pessoas em ocupações esporádicas ou que já são catadores(as) individuais. Para se tornar um(a) associado(a), a pessoa, primeiro, passa por um período de estágio; se ela se adaptar ao trabalho, é convocada uma reunião e os/as sócios(as) aprovam ou não a sua inclusão.

No decorrer dos seus 12 anos, a cooperativa enfrentou diversas dificuldades, principalmente para garantir a remuneração mensal. Atualmente, esse limite tem sido superado porque ampliaram o número de parceiros e estabeleceram metas

de produtividade para cada trabalhador(a). Além disso, a criação do Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia (CCRB), formado por dez empreendimentos, possibilitou o aumento no volume do material recolhido, permitindo, assim, que as vendas sejam feitas diretamente para as indústrias de reciclagem. Desse modo, ainda conseguiram valorizar em 66% o valor do papel vendido.

Com a estratégia do trabalho em rede, via CCRB, a cooperativa, com os demais empreendimentos, foi beneficiada com editais públicos para a compra de equipamentos, fardamento e a formação sociopolítica. Hoje, os/as sócios(as) produzem mensalmente de 40 a 44 toneladas e as vendem por R\$ 0,50 o quilo. Antes do Complexo eram negociadas a R\$ 0,30. Com essa receita, a cooperativa garante a remuneração mensal aos/às trabalhadores(as), ainda que o pagamento seja realizado por horas trabalhadas.

b) A cooperativa de alimentação – foi criada oficialmente em 2000, mas a sua gestação iniciou-se em 1999 com um curso de formação sobre o cooperativismo promovido pelo ITCP da UNEB. Alguns dos cursistas, na maioria mulheres, decidiram fundar uma cooperativa para produzir pão delícia, um pão típico para festas. Como não tiveram retorno financeiro, diversificaram a atividade econômica para outros tipos de pães, passaram a vender almoços em eventos e entram na produção de buffets.

Uma parte das sócias fundadoras já havia vivenciado uma experiência cooperativa que fracassou, porém essas mulheres estavam desempregadas e desejavam retomar o trabalho coletivo, sem estarem submetidas aos patrões e suas exigências. Dessa forma, havia algumas sócias experimentadas com as dificuldades de sustentabilidade dos pequenos empreendimentos. Então, a falta de retorno financeiro nos primeiros anos não desanimou o grupo.

Com o apoio da Petrobrás, a cooperativa comprou uma sede, os equipamentos e uma Kombi para entregar os pedidos. Fizeram um

financiamento num fundo rotativo para ter capital de giro e o quitaram integralmente. Não obstante, as dificuldades para a comercialização e os conflitos internos impediram o crescimento sustentável do empreendimento.

A inserção nos debates da economia solidária abriu novas perspectivas econômicas para a cooperativa. Levados pelo ITCP, representantes da cooperativa participaram da mobilização dos fóruns de economia solidária e das cooperativas. Com essa inserção, juntaram-se a cinco empreendimentos, de atividades afins, e criaram a rede de alimentação. Com essa rede puderam aceitar encomendas de mais vultosas, já que, sozinha, a cooperativa não teria como garantir a produção em grande escala. A institucionalização da política pública da economia solidária também a favoreceu, demandando novos clientes, e as feiras oportunizaram as vendas e a divulgação da cooperativa.

Foi nesse contexto que a cooperativa passou a garantir renda mensal aos/às trabalhadores(as). Ainda assim, as dificuldades na comercialização permanecem, as grandes encomendas são esporádicas, os demais empreendimentos que estão na rede estão fragilizados e o CESOL destinado às vendas dos produtos da economia solidária não surtiu o efeito desejado. No momento, a sede está sendo adequada para concorrer nas licitações do governo. Diante dos limites enfrentados pela falta de clientes, a cooperativa está mobilizada para viabilizar as compras governamentais. É dessa forma que pretende continuar sendo a atividade econômica principal para nove trabalhadoras e um trabalhador.

Em relação à estrutura, essa cooperativa destoa das demais. Ter uma sede própria e um automóvel novo já seriam, inicialmente, fatores para contribuir com o bom desempenho econômico. Entretanto, a localização da sede não favoreceu as vendas do produto e nenhum membro da cooperativa dirige. Esse último aspecto esbarra na divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres e o homem sócio

desempenham as mesmas funções, mas ser a motorista tornou-se um desafio grande demais para algumas delas. Hoje há um motorista que presta serviços à cooperativa, e estão buscando um projeto para custear a formação de uma condutora.

c) A cooperativa de artesanato – essa também foi fruto da mobilização do ITCP Universidade Estadual da Bahia para promover trabalho e renda. Duas mulheres que haviam participado das discussões para criar a cooperativa de alimentação decidiram criar uma no próprio bairro. Assim, levaram a proposta para outras pessoas e, em 2000, fundaram uma cooperativa sem ter decidido a atividade econômica. Ela localiza-se em um dos bairros mais estigmatizados pela violência e pobreza em Salvador. As 32 mulheres e os 2 homens que aderiram à proposta estavam desempregados(as) ou trabalhando em tempo parcial, logo, tinham a necessidade imediata da geração de renda. Por outro lado, não tinham consenso em relação à atividade em que atuariam. Não obstante, registraram a cooperativa. Com o apoio do ITCP, encetaram o debate para definir a atividade. Inicialmente pensaram em serviços gerais, já que algumas mulheres tinham experiência no serviço doméstico, porém não houve acordo porque algumas não gostariam de lidar com os produtos químicos de limpeza. Posteriormente, um grupo interessou-se pela produção de artefatos feitos de materiais reciclados, tiveram oficinas para capacitação e decidiram por essa atividade. Hoje produzem cadernos, agendas, blocos de papel, tudo com material reaproveitado.

Em 2002, tiveram um projeto aprovado e puderam iniciar a produção. Todavia, faltou um estudo de viabilidade econômica e rapidamente perceberam que os moradores do bairro não eram clientes em potencial. Com a dificuldade de comercialização dos produtos, alguns membros foram desacreditando da proposta porque não gerava renda e havia muitos conflitos internos. Nunca conseguiram garantir um retorno econômico que permitisse remunerar

mensalmente e avaliam que foi um equívoco registrar a cooperativa sem ter definido a atividade econômica. A criação de empreendimentos sem uma atividade econômica definida e a avaliação do mercado correspondente deixa qualquer empresa exposta à inviabilidade; essa é a tônica de várias iniciativas solidárias.

Hoje, a cooperativa tem dez mulheres sócias, sendo três trabalhadoras associadas. Funciona em um espaço cedido, mas tem seus próprios equipamentos. As sócias trabalhadoras expõem seus artefatos em feiras e no CESOL. Também utilizam um site para divulgação, ministram oficinas sobre reciclagem de papéis em escolas e em projetos de empresas que desenvolvem a responsabilidade socioambiental.

A cooperativa mantém parceria com mais dez empreendimentos de artesanato, criando uma rede para fortalecer a comercialização dos seus produtos. Apoiando-se nessa rede, pretende criar o Complexo de Práticas de Comercialização Solidária, um espaço fixo para expor os artesanatos.

d) A cooperativa de confecção – criada em 2004 pela iniciativa de mulheres católicas num bairro de periferia, foi registrada em 2005, quando conseguiram aglutinar 20 mulheres. Algumas delas já sabiam costurar, outras precisavam aprender, porém estavam decididas a ter sua própria renda e convictas de que a alcançariam na cooperativa. Conseguiram, com um projeto da Petrobrás, comprar as máquinas, mas os resultados econômicos não vieram com a rapidez que desejavam. A comercialização era a atividade que as cooperadas apresentavam mais limites para exercer, e logo algumas mulheres buscaram alternativas de trabalho.

A cooperativa contou com o apoio do ITCP de uma universidade privada, entre 2009 e 2010. Esse apoio consistiu no pagamento do aluguel da sede, assessoria jurídica e na captação de recursos. Contudo, ao findar o projeto, não puderam mais contar com esse apoio. Hoje pagam o aluguel do espaço com outros pequenos empreendimentos que funcionam no mesmo local. Nos últimos anos,

houve uma redução no número de trabalhadoras associadas por causa de sérias dificuldades para remunerar. Por outro lado, a regularização jurídica da cooperativa permitiu que ela constituísse uma rede juntamente com outros empreendimentos de confecção e artesanato para se fortalecerem. Essa rede foi vencedora em editais que visam à capacitação e à qualificação dos produtos.

Hoje, a cooperativa conta com três trabalhadoras associadas e não consegue remunerar mensalmente. Há uma demanda maior dos serviços quando fazem contratos por facção, ou seja, recebem encomendas de peças já cortadas e só necessitam costurá-las. Contudo, o valor pago é muito baixo, o que não possibilita melhora no desempenho econômico, mas uma intensificação do trabalho. Quanto aos produtos que pertencem às trabalhadoras, são vendidos em feiras, a clientes individuais e no Centro Público de Economia Solidária (CESOL).

Essa breve contextualização mostra que as cooperativas foram impulsionadas pelos órgãos de fomento da economia solidária entre segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho. As atividades econômicas adotadas pelas cooperativas explicitam a falta de qualificação profissional e as reais dificuldades que enfrentam para assegurar um rendimento tal que propicie uma remuneração mensal. Compostas, na grande maioria, por mulheres negras, essas cooperativas resistem e, a despeito dos limites enfrentados, com exceção da de artesanato, se constituem na atividade de trabalho principal dos(as) trabalhadores(as) associados(as) que nelas persistem.

AS PRÁTICAS AUTOGESTIONÁRIAS E AS ENTIDADES DE ACESSORIA

A democratização na gestão é praticada por todas as cooperativas. Contudo, ainda assim, a autogestão é um desafio cotidiano para os/as trabalhadores(as). Assegurar a participação nas reuniões e assembleias, considerando o ritmo de trabalho e o desalento nos momentos de maiores

dificuldades, é um processo em construção. Todas as cooperativas elegeram os cargos de diretoria e o conselho fiscal em assembleia, prestam contas e mantêm os/as associados(as) informados(as) das decisões cotidianas.

Quanto à dinâmica de gestão, a cooperativa de reciclagem distingue-se das demais. Nas cooperativas de alimentação, confecção e artesanato não há uma divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Todas as trabalhadoras atuam na produção independentemente do cargo diretivo que ocupem. O número reduzido de membros da cooperativa faz com que a grande maioria delas esteja na direção.

Contexto distinto da cooperativa de reciclagem, com 24 membros, como já foi mencionado. Nessa cooperativa, a direção cumpre especificadamente as atribuições a ela destinadas. Por conta dessa dinâmica de trabalho, o espaço destinado à diretoria é separado da área de triagem dos materiais. O grande problema enfrentado é a falta de abertura dos(as) trabalhadores(as) para se disporem a ocupar os cargos diretórios. A desqualificação social da fração da classe trabalhadora que sobrevive como catador(a) é tão profunda que ela não se sente capacitada para gerir o próprio empreendimento.

O relato do diretor-presidente, que também exerce a mesma função no Complexo de Reciclagem, explica a divisão técnica do trabalho na cooperativa:

No início [...] virou uma bagunça meio organizada onde todo mundo fazia um pouco de tudo, e, ao longo do crescimento dessa organização, a gente foi dividindo as tarefas. Hoje, têm pessoas que tão no roteiro, fazendo a coleta, têm pessoas que tão na triagem, têm pessoas que tão no processo de produção de artefatos e tem um grupo que tá na gestão, desenvolvendo seus papéis neste espaço [...] tem um trabalho mais organizado onde cada um, a

partir da sua tarefa, soma para o coletivo ter um resultado que se espera no final do mês. (Luiz, 25 anos).

O corpo diretivo dessa cooperativa é composto pelo diretor presidente, diretor financeiro, diretor administrativo, diretor operacional, diretor comercial, além dos conselhos de ética e fiscal. Os cargos da direção estavam ocupados por jovens de até 27 anos, sendo duas mulheres e três homens. O fato de toda a diretoria já ter trabalhado na produção é destacado nos depoimentos, pois é sabido que o trabalho com material reciclado ainda é relacionado à desqualificação profissional.

A indisposição dos(as) trabalhadores(as) para assumir os cargos da diretoria é atribuída ao medo de não desempenhar bem a função. A dificuldade foi tanta que a solução encontrada para superar a resistência foi o pagamento de um bônus de R\$ 200,00 para aqueles(as) que se dispusessem a aceitar o desafio. O aprendizado da função exercida se dá no cotidiano e com a ajuda das entidades de apoio. Para capacitar os futuros gestores, decidiu-se que cada diretor(a) teria um membro do conselho de ética ou do fiscal acompanhando suas atividades. Dessa forma, a cooperativa pretende desmitificar o trabalho de gestão e ter pessoas capacitadas para renovar a diretoria.

Mesmo com o bônus para a direção, ainda há muita resistência para exercer o cargo. Essa insegurança generalizada demonstra que a prática da autogestão não prescinde de formação. A despeito das reclamações para participar das reuniões fora do horário de trabalho, a presença dos(as) trabalhadores(as) é constante. Entretanto, dirigir uma cooperativa, que é exemplar para os demais empreendimentos de reciclagem no estado, exige muito mais que boa vontade. As 44 toneladas de material recolhidos, os projetos aprovados, a consolidação do Complexo e a comercialização direta com as indústrias de reciclagem são resultados de uma

gestão que se capacitou e contou com o apoio imprescindível das entidades de assessoria.

O processo orgânico dessa cooperativa deve-se, em parte, ao trabalho desenvolvido pela Incubadora e à organização que a fomentou. A aprovação em editais públicos e a captação de recursos junto a fundações, como a do Banco do Brasil, vêm contribuindo para a consolidação do Complexo de Reciclagem, com a aquisição de novos equipamentos e na formação e capacitação de novos(as) trabalhadores(as) associados(as).

A atuação mais discreta da assessoria nas demais cooperativas não diminui a importância delas. A cooperativa de confecção, por exemplo, atualmente está em atividade por causa da aprovação de um projeto num edital público destinado aos EES. Como as cooperativas não têm sócios(as) qualificados(as) para elaborar projetos, necessitam constantemente das Incubadoras e ONGs. Nesse contexto, detecta-se uma grande dependência das cooperativas em relação a essas entidades, mas também em relação ao poder público. Isso porque as feiras e os centros de comercialização da economia solidária são ações governamentais. Além disso, as compras públicas são apresentadas, cada vez mais, como uma alternativa efetiva para resolver a dificuldade de escoamento da produção cooperativa. Logo, torna-se indispensável a qualquer empreendimento que almeje essa alternativa a regularização jurídica, a adequação do local de funcionamento às regras licitatórias e, por sua vez, parcerias com entidades que têm relação com as forças políticas que ora estão no poder.

Em suma, o contexto de cada cooperativa é diverso, as condições do trabalho associado estão relacionadas com a capacidade econômica e de articulação de cada empreendimento. Além disso, a prática da autogestão, o entrelaçamento entre as dimensões econômica, social e política estão propiciando novos sentidos ao trabalho. E é justamente para as frações da classe trabalhadora que só viam no trabalho um meio para sua sobrevivência que esse processo, ainda preenhe de

contradições, alimenta as práticas daquelas(es) que se sentem sujeitos da sua própria história e estão dispostas(os) a reescrevê-la.

CONCLUSÃO

A necessidade de lastro econômico, a falta de sede própria e as dificuldades na comercialização para pelo menos 2/3 das cooperativas que compuseram a base de dados investigada impõem resultados econômicos modestos para aqueles que praticam a autogestão. Nesse contexto, o trabalho associado termina sendo, para parte significativa das cooperativas de trabalho, incerto, ocasional, intermitente, além de não contar com a proteção social e não ser regulamentado. Por outro lado, esse trabalho assume um sentido emancipatório, uma vez que os/as trabalhadores(as) participam das tomadas de decisão, gerem coletivamente o empreendimento e apropriam-se dos resultados do trabalho. São essas práticas que também contribuem para a coesão e, conseqüentemente, para a permanência dos(as) trabalhadores(as) nas cooperativas que compuseram o estudo de casos, ainda que elas enfrentem sérias dificuldades para garantir os direitos sociais, em razão das citadas contingências econômicas.

De fato, há práticas em curso nas cooperativas de trabalho da economia solidária com um sentido emancipatório, pois segmentos submetidos à subordinação e a relações de dominação, compostos pelas “minorias” que historicamente sofrem a desqualificação social, como os negros, as mulheres, especialmente as negras, os sem qualificação profissional e aqueles com baixa escolarização, encontram nas cooperativas um espaço para ampliar a participação política, constituindo significados no trabalho que propiciam vínculos que os/as unem para seguir adiante, em um quadro bastante adverso.

Nesse cenário, destacamos que as experiências desenvolvidas nas cooperativas de trabalho associado da economia solidária são

ainda recentes para refutar as potencialidades de constituírem-se experiências emancipatórias, viáveis economicamente, nas quais os direitos sociais seriam observados e a autogestão praticada. O que podemos afirmar ao final deste artigo é que, efetivamente, as cooperativas de trabalho associado constituem uma dimensão política que gerou um protagonismo político dos(as) trabalhadores(as) associados(as) e dos seus agentes de mediação e fomento. Essas práticas autogestionárias não são isentas de contradições, encetadas pelos(as) que foram alijados(as) dos direitos oriundos do assalariamento e que buscam, em condições precárias, gerir seus empreendimentos num processo de fluxo e refluxo que caracterizam os desafios das práticas democráticas.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Eliene. **Los retos y encrucijadas de las cooperativas de trabajo asociado de la economía solidaria en Brasil**. Revista Iberoamericana de Autogestión y Acción Comunal, Valência, n. 58-59, p. 147-162, 2011.
- _____. **Possibilidades e dilemas do trabalho nas cooperativas da economia solidária**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, Caxambu-MG. Anais... Caxambu: Anpocs, 2009.
- BORGES, Ângela. **Mercado de trabalho: mais de uma década de precarização**. In: DRUCK, G.; FRANCO, T (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 81-96.
- CACCIAMALI, Maria C. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 9, n. 1, p. 153-174, junho 2000.
- CATTANI, Antonio D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. **Terceirização e precarização: o binômio anti-social em indústrias**. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Org.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 97-118.
- FRANÇA FILHO, Genauto; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- _____. **Sentido e possibilidades da economia solidária hoje**. In: KRAYCHETE, Gabriel (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 167-198.
- NAHAS, Valeska G. **Autogestão**. In: CATTANI, A. D; HOLZMANN, L (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 36-43.
- NOVAES, Henrique T. **Qual autogestão?** In: _____ (Org.). **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 67-94.
- NOVAES, Henrique T.; FÁRIA, Maurício S. **Para onde vão as fábricas recuperadas?** In: NOVAES, Henrique.T (Org.). **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 169-211.
- OCB. **Organização das Cooperativas Brasileiras. Anuário do cooperativismo brasileiro**. Brasília: OCB, 2008.
- ROSANVALLON, Pierre. **La autogestión**. Madrid: Editorial Fundamentos, 1979.
- SANTOS, Boaventura. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. **A recente ressurreição da**

economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. p. 81-130.

_____. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002b.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição.** In: _____; SOUZA, A. R. (Org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Uma utopia militante: repensando o socialismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TAUILE, José R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. (Coleção Economia e Sociedade, v. 8).

ⁱ Essas iniciativas receberam denominações diversas, variando de acordo com o contexto sociopolítico e ideológico. Alguns as denominaram de socioeconomia solidária, economia social, economia popular e solidária, novo cooperativismo, economia do trabalho, economia da dádiva etc. (CATTANI, 2003). Essas denominações vinculavam-se, na maior parte das vezes, à filiação teórica do autor e ao seu uso no cotidiano dos sujeitos envolvidos.

ⁱⁱ A heterogestão refere-se à gestão das empresas mercantis, caracterizada pela administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, na qual as ordens e instruções fluem de cima para baixo (SINGER, 2002b).

ⁱⁱⁱ Utilizando o Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), programa de análise de dados, criamos um filtro para dispor de um subconjunto formado somente por cooperativas que possuem sócios(as) atuando no empreendimento e, dentro dele, um segmento de cooperativas de trabalho. A análise dos dados consistiu fundamentalmente na extração e no exame de frequências e no cruzamento entre variáveis.

